

(In)aceitabilidade do padrão de colocação dos pronomes clíticos no português brasileiro por falantes escolarizados

Ronan Pereira¹

¹Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL)

Resumo

O português brasileiro prioriza a colocação pré-verbal (próclise) dos seus pronomes clíticos. No entanto, a colocação pós-verbal (ênclise) não foi excluída por completo dessa variedade, sendo adquirida por meio da escolarização. Este estudo objetivou avaliar a aceitabilidade das diferentes possibilidades de colocação dos clíticos em frases com e sem proclisadores – elementos que, segundo a tradição normativa (baseada no português europeu, cujo padrão de colocação observa restrições sintáticas), desencadeiam a próclise (ao passo que se obtém a ênclise na sua ausência) – por meio de uma tarefa de juízos de aceitabilidade com uma escala de seis pontos aplicado a falantes nativos do português brasileiro que tivessem concluído pelo menos o Ensino Médio. Os resultados demonstraram que, ainda que os itens com próclise tenham sido mais bem avaliados do que os que continham a ênclise, a colocação enclítica foi avaliada acima do ponto central da escala usada no estudo, indicando que é, também, uma colocação aceitável pelos falantes. Conclui-se que, embora o ensino da ênclise nas salas de aula apresente aos alunos regras similares àquelas que se observam na sintaxe do português europeu, não parece desenvolver neles o conhecimento sintático restrito a cada possibilidade de colocação dos clíticos, muito provavelmente pelo facto de o português brasileiro ser a variedade oral em uso nas escolas e as regras (e a sua aplicação) ficarem restritas à modalidade escrita.

Palavras-chave: português brasileiro, pronomes clíticos, colocação pronominal, teste de juízos de aceitabilidade.

Abstract

Brazilian Portuguese prioritizes pre-verbal placement (proclisis) of its clitic pronouns. However, post-verbal placement (enclisis) has not been completely excluded from this variety, being acquired by means of schooling. This study aimed at evaluating the acceptability of both these possible clitic placements in sentences with and without proclisis triggers – elements that, according to the normative tradition (based on European Portuguese, whose clitic placement pattern is syntactically restrained), give rise to proclisis (whereas enclisis obtains at their absence) – by means of an acceptability judgement test with a six-point scale carried out by 79 Brazilian Portuguese native speakers who had completed, at least, Secondary School. The results showed that, even though the items with proclisis have been better evaluated than the ones with enclisis, the enclitic placement was evaluated above the central point of the scale used in this study, indicating that it is, as well, an acceptable placement for those speakers. It is concluded that, although the classes regarding clitic placement revolve around teaching the students similar rules to those found in the European Portuguese syntax, it does not seem to allow them to develop the syntactic knowledge specific to proclisis and enclisis, probably because Brazilian Portuguese is the oral variety used in the classrooms and the clitic placement rules (and their application) are restricted to the written modality.

Keywords: Brazilian Portuguese, clitic pronouns, clitic placement, acceptability judgement test.



1. Introdução

Uma das características mais marcantes que diferenciam o português brasileiro (PB) do português europeu (PE) tem que ver com o padrão de colocação dos pronomes clíticos em relação ao verbo da oração. Enquanto no PE um sistema complexo baseado em fatores sintáticos determina a colocação desses pronomes, o PB prioriza, em geral, a colocação pré-verbal (próclise) (Duarte, 2020; Luís & Kaiser, 2016; Moraes & Ribeiro, 2005). No entanto, a colocação pós-verbal (ênclise) não foi excluída por completo do PB, sendo adquirida por meio da escolarização (Lobo, 2002). Neste sentido, a possibilidade da colocação enclítica, ainda que siga regras muito similares àquelas que descrevem o funcionamento da colocação pronominal no PE, parece emergir na modalidade escrita ou em contextos de alta monitorização da produção linguística, até mesmo em casos em que o PE não a aceitaria (*i.e.*, em contextos de próclise obrigatória) (Carneiro, 2005; Lacerda et al., 2021).

Tendo em vista a situação supracitada e considerando-se que grande parte dos estudos sobre a colocação dos clíticos em PB se debruçou sobre análises de *corpora* orais ou escritos, intencionou-se executar um estudo com vista a recolher dados empíricos acerca da aceitabilidade da ênclise em frases finitas com e sem proclisadores por falantes nativos do PB que tivessem completado, pelo menos, o Ensino Médio.¹ O conteúdo deste artigo organiza-se, portanto, da seguinte forma: na Secção 2 descreve-se resumidamente o padrão de colocação dos pronomes clíticos nas variedades brasileira e europeia do português; na Secção 3 trazem-se pormenores acerca do ensino desses pronomes no Brasil e na Secção 4 expõem-se dados de alguns estudos que observaram o comportamento dos falantes nativos do PB relativamente à produção dos clíticos; na Secção 5 apresentam-se as questões de investigação e as hipóteses que nortearam este estudo; as Secções 6 e 7 trazem, respetivamente, a metodologia empregada e os resultados obtidos por meio dela; finalmente, na Secção 8 discutem-se os resultados e a Secção 9 traz as considerações finais.

2. O padrão de colocação dos pronomes clíticos em português

Martins (2013, p. 2231) ressalta que os clíticos são itens lexicais que possuem características próprias que os distinguem de afixos e palavras. Por exemplo, não podem ser coordenados e não possuem acento prosódico atribuído (diferentemente das palavras), mas têm uma posição mais livre na frase do que os afixos. Porém, apesar de não serem formas morfologicamente presas de facto, ocorrem sempre em adjacência a uma palavra hospedeira (Martins, 2013, p. 2231). No caso da língua portuguesa,² os clíticos pronominais ocorrem obrigatoriamente em adjacência a um verbo,³ podendo ocorrer depois (ênclise), antes (próclise) ou entre o radical e o morfema de flexão verbal (mesóclise). Porém, constatam-se diferenças nesse padrão de colocação ao se compararem o PE e o PB (Duarte, 2020; Luís & Kaiser, 2016).⁴

Diferentemente de outras línguas românicas, que têm o padrão de colocação baseado na finitude do verbo (e.g., espanhol) (Soriano, 2015) ou que possuem a próclise generalizada, com a ênclise a ocorrer somente em formas imperativas (e.g., francês) (Kayne, 1975, p. 66), o PE possui como ordem básica em frases afirmativas neutras simples a ênclise (1).⁵ A próclise emerge em certos contextos sintáticos, como, por exemplo, em frases

¹ Os 12 anos do ensino básico brasileiro estão divididos em Ensino Fundamental, correspondente aos nove primeiros anos de escolarização, e em Ensino Médio, correspondente aos últimos três anos.

² Embora este artigo se centre na variedade brasileira em comparação à europeia, evidências de variação no padrão de colocação dos clíticos também podem ser observadas nas variedades africanas do português. Ver Mapasse (2005) para o português de Moçambique e Mutali (2019) para o português de Angola, além de Martins (2021) para ambas as variedades.

³ Excluem-se desta generalização os casos de interpolação detetados no PE (ocorrência de outro item entre o clítico e o verbo), considerados formas não padrão restritas a certos falantes ou variedades.

⁴ Por questões de espaço, diferenças na morfologia dos pronomes objeto nas duas variedades não serão abordadas. Ver Duarte (2020), Luís e Kaiser (2016) e outros para este tópico.

⁵ Por ser o foco deste estudo, a descrição apresentada ater-se-á aos casos de frases finitas. Uma descrição pormenorizada do padrão de colocação dos clíticos em frases infinitivas pode ser consultada em Martins (2013).



negativas (2), subordinadas (3), com alguns quantificadores (4) e alguns advérbios pré-verbais (5) e em interrogativas (6) ou exclamativas (7) introduzidas por uma palavra-qu:

- (1) A Rita ajudou-**me** com a tarefa.⁶
- (2a) A Rita não **me** ajudou com a tarefa.
- (2b) Ninguém **me** ajudou com a tarefa.
- (3a) Acho que a Rita **me** ajudará com a tarefa.
- (3b) Quero que a Rita **me** ajude com a tarefa.
- (3c) Terminei as tarefas cedo porque a Rita **me** ajudou.
- (4) Todos **me** ajudaram com a tarefa.
- (5) Já **me** ajudaram com a tarefa.
- (6) Quem **me** ajudará com a tarefa?
- (7) Como **me** ajudaram!

Já a mesóclise ocorre nos mesmos contextos de ênclise, mas está restrita a verbos conjugados no futuro do indicativo ou no condicional (Martins, 2013, 2016) (8a, b)⁷:

- (8a) A Rita ajudar-**me**-á com a tarefa amanhã.
- (8b) A Rita ajudar-**me**-ia com a tarefa amanhã se estivesse na cidade.

Quando comparado esse sistema complexo de colocação dos clíticos do PE⁸ com o padrão de colocação do PB, observa-se uma diferença clara: nesta variedade o padrão de colocação é maioritariamente proclítico (Duarte, 2020; Luís & Kaiser, 2016). De facto, pelo menos superficialmente, a colocação nas duas variedades coincide nos contextos em que o PE exige a próclise (Exemplos 2 – 8), havendo diferenças somente em frases afirmativas simples (1) ou frases simples no futuro do indicativo (8a) ou no condicional (8b), que exigem a ênclise ou a mesóclise, respetivamente. Assim, reproduzindo-se os exemplos (1) e (8a, b) acima com o padrão de colocação do PB, somente se observa a próclise:

- (9) A Rita **me** ajudou com a tarefa.
- (10a) A Rita **me** ajudará com a tarefa amanhã.
- (10b) A Rita **me** ajudaria com a tarefa amanhã se estivesse na cidade.

Os exemplos trazidos até aqui referem-se ao comportamento dos clíticos nas duas variedades no que tange a frases com apenas um verbo. Em complexos verbais, o PB admite a colocação do clítico em próclise ao verbo principal (11), o que parece indicar que funcionam, de certa forma, como prefixos, dada a generalização da colocação pré-verbal (Martins, 2002, p. 377); a mesma colocação é impossível no PE, no qual só pode ocorrer a ênclise (12):

⁶ Optou-se por destacar em negrito os pronomes clíticos nos exemplos ao longo deste artigo.

⁷ Este tipo de colocação tem vindo a diminuir, sendo preferencialmente substituída por perífrases verbais, e, diferentemente da ênclise e da próclise, só é adquirida durante a adolescência por intervenção do ensino escolar (cf. Santos, 2002).

⁸ Salienta-se que o padrão de colocação também apresenta indícios de variação no PE em certos contextos sintáticos. Neste sentido, a variação dá-se, em geral, pelo uso da ênclise em contextos que exigem a próclise (cf. Martins, 2013).



(11) A Rita vai-**me** ajudar.

(12) A Rita vai ajudar-**me**.

Alternativamente, o PE também possibilita a subida do clítico,⁹ caso em que o clítico se adjunge ao verbo finito do complexo. Neste caso, além da possibilidade de ênclise ao verbo no infinitivo (12), poderá ocorrer próclise (13a) ou ênclise (13b) ao verbo finito de acordo com as mesmas restrições sintáticas apresentadas anteriormente:

(13a) A Rita não **me** quer ajudar.

(13b) A Rita quer-**me** ajudar.¹⁰

É importante salientar que a ênclise não desapareceu de todo do PB. Segundo Lobo (2002), fatores sociais, como a escolarização, visto que o padrão enclítico é ensinado nas escolas, e linguísticos parecem ter um papel importante no surgimento desta colocação. Ainda assim, a autora concorda que a próclise é a forma normal de colocação no PB vernacular contemporâneo. Sendo a escolarização o fator que aparentemente introduz a possibilidade da ênclise aos falantes do PB, a próxima secção trará mais detalhes sobre o ensino da colocação pronominal nesta variedade.

3. O ensino dos clíticos no português brasileiro

A literatura demonstra que a próclise é efetivamente o padrão básico de colocação pronominal no PB, independentemente do contexto sintático, o que resulta, por exemplo, na possibilidade de um clítico iniciar uma frase ou, ainda, de estar em próclise ao verbo principal de locuções verbais (Morais & Ribeiro, 2005, pp. 24–25). No entanto, o ensino dos clíticos faz parte da matriz curricular das aulas de português no Brasil. É por meio desse ensino que os alunos tomam conhecimento do padrão de colocação desses pronomes que, em teoria, já não existem na sua gramática nuclear (Kato, 2005, 2017), ou seja, na configuração do seu sistema linguístico adquirido nos primeiros estádios do seu desenvolvimento.

No que concerne ao padrão de colocação dos clíticos, a tradição baseia-se em expor aos alunos regras que, à partida, simulam as regras do PE. Tal tradição remonta a gramáticas produzidas no Brasil já independente no século XIX, as quais moldaram a postura que as gramáticas posteriores assumiriam em relação aos clíticos (Romeo, 2019, p. 348). Ainda assim, alguns gramáticos da época já evidenciavam a existência de um padrão de colocação tipicamente brasileiro, ainda que devesse ser evitado (Romeo, 2019, p. 348).

Apesar de toda a evolução no conhecimento acerca da variedade brasileira do português, essa tradição persiste no século XX. Por exemplo, a *Moderna Gramática Brasileira*, de Celso Pedro Luft, publicada em 1987, ainda que reconheça as diferenças entre o PE e o PB (daí o título especificar *Gramática Brasileira*) e exemplifique essas diferenças com a colocação pronominal (Luft, 1987, p. 14), quando aborda efetivamente tal assunto, evoca a norma tradicional. O autor considera, portanto, que a colocação normal é a ênclise, sendo que a próclise emerge na presença de “elementos de atração” (Luft, 1987, p. 19). Não obstante, sobre a próclise, admite que o seu uso possa “imprimir um tom coloquial, intimista ou descontraído” (Luft, 1987, p. 39), o que

⁹ Há evidências de casos de subida do clítico em PB, nomeadamente em construções passivas (Cruz & Namiuti, 2019; Reis, 2011) e com os clíticos acusativos *o(s)/a(s)* em tempos compostos (Nunes, 2015). Os autores alegam que a estrutura passiva não corresponde à estrutura sintática de outras perífrases verbais e que os clíticos acusativos de terceira pessoa tampouco correspondem aos demais clíticos, funcionando como marcas de concordância de objeto (vd. Nota 15).

¹⁰ Esta frase diferencia-se da frase (9) pelo facto de não admitir nenhum material fonético entre o verbo e o clítico, o que demonstra que, no primeiro caso abaixo, o clítico está efetivamente em ênclise ao verbo auxiliar e, no segundo caso, em próclise ao verbo principal:

a. A Rita quer-me finalmente ajudar. (??PB) (PE)

b. A Rita quer finalmente me ajudar. (PB) (*PE)



contrasta com a ênclise, de tom mais cerimonioso e usada em linguagem objetiva, técnica, entre outros usos da língua de maior formalidade.

No século XXI, Azeredo (2008), com a sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, já aborda a questão da colocação por outra ótica. Ainda que os dados para a constituição dessa gramática provenham da produção de brasileiros cultos (escritores, jornalistas e autores brasileiros) “desde a segunda metade do século XIX até os dias atuais, em obras literárias, técnicas, científicas e ensaísticas em geral, [...] principais jornais e revistas dos grandes centros urbanos contemporâneos” (Azeredo, 2008, p. 26), ou seja, numa aparente norma padrão brasileira, este autor distancia-se da análise tradicional para a colocação dos clíticos e considera a próclise como o padrão de colocação normal. Mais além, diz que a colocação proclítica deve ocorrer na variedade culta em situações em que um verbo no futuro do indicativo ou no condicional esteja precedido por um pronome sujeito expresso¹¹ e quando um advérbio ou pronome de significação negativa ocorra imediatamente antes do verbo. Ademais, a próclise é preferível quando antes do verbo se encontra um conetivo de subordinação, especialmente se o verbo da oração subordinada introduzida por ele estiver no modo conjuntivo (Azeredo, 2008, p. 259). Quanto à ênclise, deriva sobretudo de fatores sociocomunicativos. Neste sentido, não estará condicionada por gramaticalidade, ocorrendo simplesmente em situações com um alto nível de monitorização, quando um tom mais formal for exigido, ainda que possa exprimir um certo artificialismo no discurso.

A *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário Perini, publicada em 2010, traz uma inovação. O autor preocupou-se em descrever o PB falado, em oposição à norma culta escrita dessa variedade. Descreve que “as diversas variedades faladas, em conjunto, se opõem nitidamente à variedade padrão escrita, o que nos autoriza a falar do **português falado do Brasil** como uma entidade linguística razoavelmente coerente” (Perini, 2010, p. 19, grifo do autor). Destarte, admite a próclise como a regra geral no PB (Perini, 2010, p. 119) e rejeita a ênclise.

Portanto, a tradição oriunda dos gramáticos do século XIX, de definir para o PB um modelo de colocação dos clíticos similar ao do PE, vem perdendo espaço, passando-se a assumir que a próclise é o padrão de colocação típico da variedade brasileira, pelo menos nas gramáticas mais atuais. Contudo, as regras tradicionais continuam a ser, de certo modo, impostas em salas de aula do ensino regular brasileiro, principalmente quando se adota aquilo que Vieira (2008) considera uma orientação tradicional-normativa do ensino da colocação pronominal. Nessa orientação, o foco dá-se sobre as regras de colocação, especificando a presença de itens como os proclisadores (situações em que a ênclise não pode ocorrer) e debruçando-se sobre a linguagem escrita. Além dessa orientação, Vieira (2008) explica que se pode abordar os clíticos sob uma perspectiva mais progressista, em que se considera a próclise como o padrão de colocação do PB, seja na modalidade oral, seja na escrita. Por fim, apresenta uma terceira orientação, que decorre sob um viés sociolinguístico inovador, focada na “opção do aluno na concretização da norma de uso do PB, que prevê a próclise como opção preferencial (sem desconsiderar a realização da ênclise)” (Vieira, 2008, p. 143).

O livro *Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso* (Cereja et al., 2016), na sua versão destinada a alunos do último ano do Ensino Médio, parece fazer uso das diferentes orientações apontadas acima, com um maior foco nas orientações tradicional-normativa e sociolinguística inovadora. A lição que aborda os clíticos baseia-se, em geral, em diversos textos (de diferentes níveis de formalidade, podendo ou não simular a linguagem coloquial) os quais incluem pronomes clíticos¹² (Cereja et al., 2016, pp. 161–167). Primeiramente, trabalham-se questões de interpretação dos textos para que então sejam abordados os clíticos por meio de exemplos retirados desses textos. Os exercícios requerem a identificação pelo aluno da posição em que esses clíticos se encontram e, em seguida, uma reflexão sobre o seu idioleto, em que devem considerar se, ao produzirem os mesmos enunciados, colocariam o clítico na mesma posição.

¹¹ O autor refere que a mesóclise também pode ocorrer com estas formas verbais, mas trata-se de um registo *ultraformal* (Azeredo, 2008, p. 259).

¹² O termo utilizado pelos autores do livro é “pronome oblíquo átono.” Os outros termos gramaticais referidos também seguem a nomenclatura usada pelos autores.



Quanto à explicitação da colocação pronominal, esta é definida como “a posição do pronome oblíquo átono em relação ao verbo que ele acompanha” (Cereja et al., 2016, p. 163). Neste momento, retoma-se a ideia de que, no PB, a colocação proclítica (14a) é a que ocorre maioritariamente, mas admite a possibilidade de outras colocações, nomeadamente a ênclise (14b) e a mesóclise (14c) em registos mais formais:

- (14a) “sempre **me** predispõe”¹³
- (14b) “lançou-**me** a ideia”
- (14c) “ir-**me**-ia emprestar”

O texto didático segue com as regras que exigem a ênclise e a mesóclise. Quanto à primeira, deve ser usada em início de frase (15a) ou quando uma vírgula antecede o verbo (15b), em frases afirmativas imperativas (15c) e em casos de gerúndio (15d) e de infinitivo pessoal (15e):

- (15a) Sentei-**me** na primeira fileira.
- (15b) Se chegar cedo, sento-**me** na primeira fileira.
- (15c) Amanhã sentem-**se** todos na primeira fileira.
- (15d) Chegou sentando-**se** na primeira fileira.
- (15e) Era meu intuito ajudá-**lo**.

Sobre a mesóclise, deve-se dar-lhe preferência quando os verbos estão no futuro do indicativo (16a) ou no condicional (16b):

- (16a) Dir-**se**-á que somos loucos.
- (16b) Sentar-**se**-ia na primeira fileira se tivesse chegado cedo.

Os autores sistematizam num quadro a explicação acerca das *palavras atrativas* (i.e., proclisadores). Segundo a informação contida nesse quadro, essas palavras “atraem o pronome para antes do verbo e geram próclise, mesmo em contextos nos quais se teria ênclise ou mesóclise.” Em tal descrição encontram-se, assim, os advérbios (17a, b), os pronomes relativos e indefinidos (17c, d), as conjunções subordinativas (17e, f) e as preposições em casos de verbos no gerúndio ou no infinitivo pessoal (17g, h):

- (17a) Não **se** queixe.
- (17b) Antes **me** encontrei com ela.
- (17c) Tudo o que **me** propus a fazer...
- (17d) Ninguém **me** avisou...
- (17e) Disse que **me** deixariam ficar.
- (17f) Se **me** contassem...
- (17g) Em **se** tratando de...
- (17h) Para **se** sentarem.

Os exercícios que surgem após a explicitação das regras de colocação mantêm o intuito de estimular uma reflexão sobre o uso dos clíticos nos textos e na linguagem falada, aliando também a comparação entre esses usos e a norma. Também se preocupam em apresentar diferentes tipos de textos, demonstrando que, quanto mais formal for o texto, mais respeitada a norma é. A última secção da lição trabalha em cima de dois anúncios, sendo que um deles inclui a seguinte frase (18):

¹³ Os exemplos de (14) a (18) foram retirados do livro didático.



(18) Porque preço que está na moda não cai, **se** joga.

O quarto exercício da secção menciona que “[a] colocação pronominal tal como aparece no anúncio não é a indicada pelas regras da gramática normativa” (Cereja et al., 2016, p. 167). O livro do professor, neste momento, salienta que, apesar da norma, “se joga” é uma gíria e que não faria sentido modificá-la, pois tal colocação está cristalizada,¹⁴ ou seja, não pode ser utilizada de outra forma.

O facto de a tradição normativa buscar no PE as regras para a colocação pronominal aumenta consideravelmente a distância entre a língua falada e o padrão escrito culto do PB (Tarallo, 1996, p. 70). Destarte, a secção a seguir apresentará alguns dados de produção conduzidos com falantes nativos do PB.

4. Os efeitos do ensino da colocação pronominal

Dadas as diferentes posições de colocação dos clíticos, diversos autores preocuparam-se em observar a posição em que os falantes os produziam no PB, tanto na modalidade oral, quanto na modalidade escrita, com populações de diferentes idades e de diferentes regiões do país. Por exemplo, Vandresen (2004) investigou a produção oral desses pronomes por adultos habitantes de Jaguarão, Chuí e Pelotas (Rio Grande do Sul). O autor constatou a ênclise em apenas 48 (1,48%) dos 3226 enunciados orais analisados, sendo que 31 deles correspondiam ao uso da expressão *ir-se embora*, e nove do clítico *se* com função reflexiva.

O estudo de Machado (2006), realizado com estudantes na cidade do Rio de Janeiro, apontou um uso de 20% de ênclise na escrita desses indivíduos (p. 91), sendo que os alunos do terceiro ano do Ensino Médio não tiveram um desempenho diferente daquele dos alunos da quarta série do Ensino Fundamental (p. 106). Contudo, a autora deteta diferenças no uso da ênclise em certos contextos. Por exemplo, em 23% das frases que incluíam o clítico *se* com função de indeterminador do sujeito, tal clítico aparecia em ênclise, percentagem apenas superada pelo uso dos clíticos acusativos *o(s)/a(s)*¹⁵ em 43% dos casos.

Numa comparação mais direta entre diferentes modalidades na mesma população, Lacerda et al. (2021) analisaram cartas produzidas por indivíduos de Feira de Santana (Bahia) durante o século XX e encontraram uma proporção de 32% de ênclise, contra 68% de próclise, em frases simples sem proclisadores. As autoras então analisaram os dados combinando duas variáveis: o contexto sintático e o nível de escolaridade dos

¹⁴ De facto, é importante salientar que muitos casos de ênclise e de próclise no PB podem ser fruto da cristalização. Neste sentido, o clítico perde a sua autonomia e passa a fazer parte, por meio de reanálise, da estrutura (Nunes, 2007):

- a. Dane-**se!**
- b. Bem-**te-vi**.

Outros fatores que também podem contribuir para essa cristalização são de ordem fonológica, como na expressão abaixo, em que a rima obtida entre a combinação do verbo e do clítico e a última palavra da expressão se perderiam caso houvesse a próclise típica do PB nesse contexto (Nunes, 2007):

- c. Acabou-**se** o que era doce.

¹⁵ Note-se que os clíticos acusativos de terceira pessoa também são adquiridos por meio da escolarização – a tendência do PB é a utilização dos pronomes fortes *ele(s)/ela(s)* no seu lugar (Duarte, 2020; Luís & Kaiser, 2016). Sobre a preferência pela colocação pós-verbal com os clíticos acusativos de terceira pessoa, Nunes (2015) considera que esses clíticos foram reinterpretados como marca de concordância de objeto, dada a sua tendência a ocupar, num verbo no infinitivo, a posição canónica para a morfologia de concordância (*i.e.*, pós-verbal):

- a. A Rita quer ajudá-**lo**.

Em verbos que apresentem flexão de concordância (e.g., verbos finitos ou no infinitivo flexionado), o autor considera que essa colocação é impossibilitada e a próclise emerge:

- b. A Rita **o** ajudou.
- c. A Rita disse para **o** ajudarmos.

Da mesma forma, enquanto os outros clíticos no PB ocorrem em próclise a verbos participiais, tal possibilidade, segundo o autor, inexistente com os clíticos acusativos de terceira pessoa, os quais ocorrem em próclise ao verbo auxiliar, visto que formas participiais não têm marcas de concordância:

- d. A Rita tem **me** ajudado.
- e. A Rita **o** tem ajudado.

Ressalta-se, no entanto, que a análise acima ainda carece de estudos mais profundos.



escreventes. Assim, repararam que os escreventes cultos usaram somente a ênclise quando o verbo estava em início absoluto da frase, ao passo que os escreventes semicultos e populares a utilizaram em 66,7% e 61,9% neste contexto, respetivamente. Os números mudam drasticamente quando se analisam as ocorrências de clíticos antecedidos por outros itens¹⁶: os escreventes cultos utilizaram a ênclise em 55,6% das ocorrências, os semicultos em 20% e os populares em 4,3%. Por outro lado, Carneiro (2016) observou produções orais de indivíduos dessa mesma localidade e constatou somente o uso de próclise, independentemente do tipo de fala (culto, semiculto ou popular) (p. 146).

Os resultados acima assemelham-se àqueles de outros estudos conduzidos noutras regiões do Brasil, insinuando que a colocação proclítica está bem assentada em todo o território. Contudo, é importante salientar que Carneiro (2005) e Lacerda et al. (2021) apontam diversos casos de hipercorreção, em que os escreventes utilizam a ênclise em contextos que, historicamente, exigiram sempre a próclise, sobregeneralizando, aparentemente, o uso da colocação enclítica. Curiosamente, os dados de aquisição dos clíticos por crianças nativas do PE indicam que, nos primeiros estádios do desenvolvimento, elas sobregeneralizam a colocação enclítica e os contextos proclíticos são adquiridos gradativamente (cf. Costa et al., 2016). O mesmo pode ser observado por aprendentes de PE como língua segunda (L2) com diferentes línguas maternas (L1) (Gu, 2019; Madeira & Xavier, 2009; Pereira, 2022).

Note-se, no entanto, que os escreventes apresentarem um comportamento similar aos das crianças nativas do PE e dos aprendentes L2 desta variedade do português não é estranho. Kato (2005) já comentava que a “gramática da fala e a ‘gramática’ da escrita apresentam uma distância de tal ordem que [...] pode ter a natureza da aprendizagem de uma segunda língua” (p. 131). Embora a literatura seja ainda escassa relativamente ao processo de aquisição de estruturas morfossintáticas do PE por falantes nativos do PB, o estudo de Tomaz et al. (2019) contribuiu para trazer alguma evidência deste processo.

As autoras conduziram um estudo com alunos numa escola bilingue francês-PE em França, incluindo, além das crianças falantes de herança do PE, alguns alunos que eram falantes de herança do PB, possibilitando observar como este grupo se comportava nas suas produções linguísticas, dado estarem inseridos num ambiente escolar em que o PE predominava. Utilizando uma metodologia de produção induzida, as autoras observaram que algumas crianças falantes de herança do PB apresentavam indícios de aquisição dos pronomes clíticos do PE, mas ainda se distinguiam das crianças falantes de herança do PE relativamente ao tipo de pronome objeto produzido e ao padrão de colocação dos clíticos. Por exemplo, produziam, além dos pronomes fortes (*vd.* Nota 15), pronomes clíticos e a ênclise, comportamento diferente do percurso de desenvolvimento das crianças nativas do PB no Brasil, que apresentam apenas pronomes fortes acusativos de terceira pessoa e a próclise generalizada (cf. Casagrande, 2007, 2010; Corrêa, 1991; Moura, 2001), com a inserção dos clíticos acusativos de terceira pessoa e da ênclise por meio da escolarização.

Um processo similar pode ser observado no ensino escolar cipriota, curiosamente, concernente aos pronomes clíticos da língua grega. A variedade do grego falada no Chipre difere daquela falada na Grécia, dentre outros pontos, na colocação dos pronomes clíticos (Grohmann et al., 2017): enquanto no grego padrão os clíticos ocorrem em próclise à forma verbal (como no PB), a colocação no grego cipriota é condicionada por fatores sintáticos, sendo a ênclise o padrão em frases afirmativas simples, como no PE (embora os contextos de próclise não sejam todos os mesmos). O que Grohmann et al. (2017) observam é que as crianças em idade pré-escolar no Chipre produzem os clíticos em ênclise em frases afirmativas simples, padrão que muda no momento em que vão para a escola, passando a produzirem próclise em tal contexto. Logo, as crianças cipriotas ao iniciarem os seus estudos são expostas ao grego padrão e adquirem o padrão de colocação dessa variedade com êxito (Themistocleous, 2017), interferindo até mesmo nas suas produções em grego cipriota, tendência que se reverte após alguns anos (supostamente quando conseguem diferenciar que cada tipo de colocação está atrelado

¹⁶ Sujeitos pronominais, DP ou com oração relativa, sintagmas preposicionais e advérbios não modais.



a uma variedade específica), ainda que interferências possam continuar a ocorrer até mesmo em idade adulta (Leivada et al., 2010).¹⁷

O ponto fulcral no caso cipriota está no facto de que a variedade linguística usada nas escolas é efetivamente o grego padrão, seja na oralidade, seja nos materiais didáticos, de maneira similar ao que ocorre com os participantes do estudo de Tomaz et al. (2019), os quais estão expostos ao PE. Note-se que o facto de as crianças do estudo de Tomaz et al. (2019) apresentarem mais formas do PB nos seus enunciados pode ser porque estão a adquirir o PE num ambiente bilingue, já que a suposta interferência do sistema linguístico francês também se observa nos falantes de herança do PE.¹⁸

O caso do ensino brasileiro difere dos dois exemplos supracitados precisamente no facto de que as crianças são escolarizadas em PB, tendo na escola, na verdade, contacto com a norma padrão da variedade brasileira, nomeadamente na forma de descrição de regras (muitas vezes complexas) e na sua aplicação em materiais escritos.¹⁹ Embora não se possa fazer uma afirmação baseada em observações empíricas, não parece ser o caso que todos os professores do ensino regular brasileiro façam uso da colocação pronominal tal como preconizada pela norma nos seus enunciados orais. Logo, retomando Kato (2005), durante o processo de escolarização, não encontrando as crianças regras gramaticais que se assemelhem ao seu vernáculo, a aprendizagem dessas regras pode fazer com que, na realidade, experimentem um processo de aquisição duma L2. O resultado, segundo a autora, é o desenvolvimento duma “gramática do letrado”, a qual compete com a gramática nuclear dos falantes e emerge, sobretudo, na modalidade escrita e em registos formais, por associação à escolarização. A partir deste breve referencial teórico, passa-se à descrição do presente estudo, iniciando-se pelos seus objetivos.

5. Objetivos

Os dados dos estudos maioritariamente baseados em análise de *corpora* de produção oral ou escrita, brevemente descritos anteriormente demonstraram que a próclise é a posição preferencial de colocação pronominal no PB. Porém, a tradição normativa, baseada no PE, cujo padrão de colocação observa restrições sintáticas, ainda é imposta em salas de aula, o que explica a ocorrência da ênclise nesses dados.

Tendo sido a maioria dos estudos conduzidos com vista a analisar dados de produção, propõe-se, com este estudo, averiguar a (in)aceitabilidade do padrão de colocação dos clíticos no PB em diferentes contextos sintáticos por indivíduos que tenham concluído, pelo menos, o Ensino Médio por meio de um teste de juízos de aceitabilidade.²⁰ As questões que se colocam são:

¹⁷ Tais autores também referem que esses indivíduos conseguem alternar entre as duas variedades de acordo com o interlocutor.

¹⁸ Recorde-se que o padrão de colocação no francês é maioritariamente proclítico (Kayne, 1975, p. 66).

¹⁹ Outra questão que se levanta é que, se se compararem as regras descritas no livro *Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso* (e, possivelmente, de tantos outros que circulam pelas salas de aula brasileiras) com a descrição da colocação da norma do PE na Secção 2, ver-se-á que, embora similares, a norma a que os alunos brasileiros estão expostos é “artificial”, no sentido em que tenta simular o padrão de colocação do PE, simplificando-o, e dando origem a regras que não são utilizadas em nenhum lado do Atlântico. Um exemplo pode ser visto quando no referido livro se exige o uso da ênclise após vírgulas (Cereja et al., 2016, p. 163). Ora, se, por exemplo, a vírgula em questão servir de limites para uma oração relativa que modifique o sujeito duma oração subordinada, a próclise deverá ocorrer, mesmo que o verbo não esteja adjacente à conjunção que introduz a oração subordinada:

a. Quero que o meu amigo, aquele que faz Medicina, **me** ajude a estudar para o exame.

Da mesma forma, as explicações insistem no facto de que o elemento proclisador deva anteceder imediatamente o verbo, quando podem estar interpostos por conteúdo lexical:

b. Só os meus amigos **se** confundiram.

²⁰ Segundo Myers (2017, p. 4), os testes de juízos de aceitabilidade complementam os dados obtidos em *corpora*, em especial, por serem dados experimentais (e não observacionais). Ademais, podem ser importantes para estabelecer a aceitabilidade de formas raras em dados de produção, especialmente em casos em que se tem como objetivo avaliar usos linguísticos em potencial e não só aqueles que são largamente usados pelos falantes (Gries, 2012), como é o caso deste estudo. Ainda, para Gerasimova e Lyutikova (2020), só é possível avaliar em que direção vão formas em variação num sistema aliando-se dados de produção aos de juízos de aceitabilidade. Ainda que as autoras defendam que os dados de produção e de aceitabilidade devam vir dos mesmos participantes, este estudo tenta suprir a inexistência de dados de juízos concernentes à aceitabilidade das diferentes posições de colocação pronominal no PB.



Questão 1: Existem diferenças na aceitabilidade da ênclise e da próclise entre contextos sintáticos com e sem proclisadores por falantes escolarizados nativos do PB na modalidade escrita?

Questão 2: A continuidade dos estudos para além do Ensino Médio contribui para diferenças nos resultados?

Hipotetiza-se que ambas as colocações sejam aceites pelos participantes inobstante o contexto sintático. Esta hipótese apoia-se naquilo que foi apontado por Azeredo (2008): a ênclise e a próclise no PB não têm que ver com a gramaticalidade, senão com fatores, à partida, alheios à sintaxe. Neste sentido, a presença ou ausência de proclisadores, apesar da explicitação das regras em salas de aula, não terá efeito sobre os julgamentos. Relativamente à continuidade dos estudos para além do Ensino Médio, espera-se que o aumento nos anos de escolarização tenha efeito no sentido de os falantes terem julgamentos que os aproximem da norma preconizada na escola, visto que a continuidade dos estudos os terá exposto a ela por mais tempo dentro de um ambiente que a valoriza, isto é, a universidade.²¹

6. Metodologia

Este estudo apoiou-se num questionário com recurso à ferramenta Google Formulários para a sua execução. Os participantes que nele se dispuseram a participar tiveram de, primeiramente, ler e concordar com os termos de realização do trabalho. Em seguida, responderam a um questionário sociolinguístico, sendo que, no total, 79 participantes realizaram a tarefa. Todos os participantes tinham mais de 18 anos de idade, sendo que 50 deles (63,3%) eram mulheres e 29 (36,7%) eram homens. Relativamente ao seu grau de escolaridade, 12 (15,2%) tinham concluído o Ensino Médio, ao passo que 35 (44,3%) obtiveram um diploma de Ensino Superior ou Técnico e 32 (40,5%) prosseguiram com estudos de pós-graduação. Provinham de todas as regiões geográficas brasileiras,²² sendo que a maior parte, 35 participantes (44,3%), habitavam na região Sul. Quatro participantes (5,1%) habitavam na região Centro-Oeste, 16 (20,3%) na região Nordeste, oito (10,1%) na região Norte e 16 (20,3%) na região Sudeste. Ademais, dez participantes (12,7%) indicaram possuir outra L1 e 68 participantes (85,5%) indicaram ter aprendido pelo menos uma L2. Os dados recolhidos por meio do questionário estão resumidos na Tabela 1.

²¹ Inclusive, a colocação pronominal é um dos tópicos abordados nos exames de admissão a universidades brasileiras nas provas de português e de redação.

²² Estabeleceu-se que somente poderiam realizar a tarefa indivíduos que vissem na mesma região brasileira (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste) em que tivessem sido criados e que tivessem pelo menos um progenitor que também lá tivesse sido criado.



Tabela 1. Perfil sociolinguístico dos participantes

<i>N</i>	79
Faixa etária (em anos)	18 – 29 = 24 (30,4%) 30 – 39 = 32 (40,5%) 40 – 49 = 13 (16,5%) 50 ou mais = 10 (12,6%)
Género	Feminino = 50 (63,3%) Masculino = 29 (36,7%)
Escolaridade	Ensino Médio = 12 (15,2%) Ensino Superior/Técnico = 35 (44,3%) Ensino Pós-Graduado = 32 (40,5%)
Região de origem	Centro-Oeste = 4 (5,1%) Nordeste = 16 (20,3%) Norte = 8 (10,1%) Sudeste = 16 (20,3%) Sul = 35 (44,3%)
Outra(s) L1 além do português²³	Não = 69 (87,3%) Alemão = 2 (2,5%) Italiano = 6 (7,6%) Espanhol = 1 (1,3%) Ucraniano = 1 (1,3%)
L2 (independentemente do nível de proficiência alcançado)	Não = 10 (12,7%) Inglês = 64 (81%) Espanhol = 31 (39,2%) Italiano = 13 (16,5%) Francês = 10 (12,6%) Alemão = 8 (10,1%) Japonês = 4 (5,1%) Russo = 2 (2,5%) Hebraico = 1 (1,8%) Não respondeu = 1 (1,8%)

Os participantes tiveram de julgar, por meio de uma escala de Likert de seis pontos, diversas frases na modalidade escrita²⁴ relativamente à sua aceitabilidade, de modo que os seus julgamentos obedecessem ao seguinte gradiente: 0 – péssima; 1 – muito ruim; 2 – ruim; 3 – boa; 4 – muito boa; e 5 – ótima. Segundo as instruções do teste, deviam considerar que uma frase “ótima” era uma frase que se esperava ser utilizada pelos falantes, fazia sentido, era natural e seguia a estrutura da língua, ao passo que uma frase “péssima” seria o oposto: era artificial, feria a estrutura da língua ou não fazia sentido. Além disso, não havia limite de tempo para a realização da tarefa.

No total, julgaram 40 frases que incluíam verbos simples finitos com pronomes clíticos (*me* e *se*²⁵) ora em próclise, ora em ênclise, em cinco contextos sintáticos diferentes (afirmativas simples sem proclisadores, negativas, adverbiais introduzidas por *porque*, subordinadas no indicativo introduzidas por *que* e subordinadas

²³ Uma análise individual dos resultados dos falantes com outras línguas maternas não apontou diferenças entre as suas performances e a dos demais participantes, pelo que se optou por manter os seus dados nas análises. Salienta-se que não se obtiveram dados relativamente ao tipo de bilinguismo desses participantes (*i.e.*, se adquiriram o português ou a sua outra L1 em simultâneo ou sequencialmente), tampouco relativamente ao uso que fazem dela atualmente. Todavia, todos foram criados no Brasil. A pergunta feita a eles foi: *Além do português, tem outro(s) idioma(s) materno(s) (idioma adquirido sem instrução formal no âmbito familiar ou da comunidade durante a primeira infância)?*

²⁴ Visto que a ênclise emerge, em geral, na modalidade escrita, optou-se por utilizar esta modalidade.

²⁵ Optou-se por estes dois pronomes por serem os que menos sofrem variação dialetal no PB (cf. Duarte, 2020). Repare, também, que são os pronomes mais presentes nos exemplos retirados do livro *Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso*.



no conjuntivo introduzidas por *que*).²⁶ A combinação das variáveis gerou, assim, dez contextos, cada um com quatro frases (duas com *me* e duas com *se*). É importante salientar que as frases afirmativas simples sem proclisadores eram sempre iniciadas por um sujeito pronominal ou nominal expresso para que houvesse material lexical pré-verbal da mesma forma que nas frases com proclisadores (que obrigatoriamente ocorrem nessa posição). Ademais, nos itens com proclisadores, o verbo e o seu clítico ocorriam imediatamente após o proclisador (*não, porque* ou *que*). Recorde-se de que alguns materiais produzidos no Brasil salientam a necessidade de adjacência do proclisador ao verbo com o clítico. Ainda que, pela norma do PE, isto não se aplique, optou-se por manter a adjacência entre os elementos para evitar possíveis interferências da existência de material lexical interposto entre o proclisador e o verbo com o clítico. Além dos itens de teste, os participantes tiveram de julgar mais 44 frases que serviram como distratores e que não continham clíticos, mas possuíam estruturas possíveis na língua, estruturas impossíveis na língua ou estruturas em variação, de modo que os participantes pudessem fazer uso de toda a escala. Ademais, antes do início da tarefa, treinaram com duas frases que tampouco continham clíticos. A Tabela 2 traz exemplos de cada um dos contextos mencionados.

Tabela 2. Exemplos de itens de teste por contexto e de distratores.

<i>Contexto</i>	<i>Exemplo de Item</i>
AE	O professor conhece-me da faculdade.
AP	As novas alunas se comparam muito comigo.
NE	O guarda não viu-me na estação.
NP	O carteiro não se esqueceu das cartas.
QE	A enfermeira está cansada porque levantou-se cedo.
QP	Os meninos desistiram do jogo porque se irritaram.
IE	Acho que cortei-me com o papel.
IP	Disseram que me viram no aeroporto.
CE	Peço que deem-me todos os detalhes.
CP	Espero que me considerem capaz de assumir a empresa.
Distrator	Apesar do frio, não nevou.
Distrator	Eu não sabemos falar inglês.
Distrator	Ele tem chego tarde todos os dias.

Nota. A = afirmativas simples; N = negativas; Q = adverbiais introduzidas por porque; I = subordinadas no indicativo introduzidas por que; C = subordinadas no conjuntivo introduzidas por que; E = ênclise; P = próclise.

Todas as frases estavam organizadas em quatro páginas do formulário, de modo que, em cada uma, os participantes tivessem de julgar dez itens de teste (dois de cada contexto sintático, um com o clítico em ênclise e outro com o clítico e próclise). Embora as mesmas frases aparecessem sempre na mesma página, a ordem em que apareciam era aleatória, o que possibilita a redução de efeitos de *priming*.²⁷ Os resultados obtidos estão descritos na secção a seguir.

7. Resultados

A análise primária dos dados demonstrou que as frases que incluíam o clítico em próclise ao hospedeiro verbal foram mais bem avaliadas do que aquelas que o tinham em ênclise, com uma média de 4,26 (DP = 0,60) no primeiro caso e uma média de 3,39 (DP = 1,13) no segundo. No entanto, como exposto no referencial teórico

²⁶ Os contextos com proclisadores utilizados foram selecionados por não apresentarem a necessidade de conhecimento lexical. Recorde-se de que nem todos os advérbios ou quantificadores pré-verbais são proclisadores, ao passo que os contextos de negação e de subordinação resultam em próclise (cf. Secção 2).

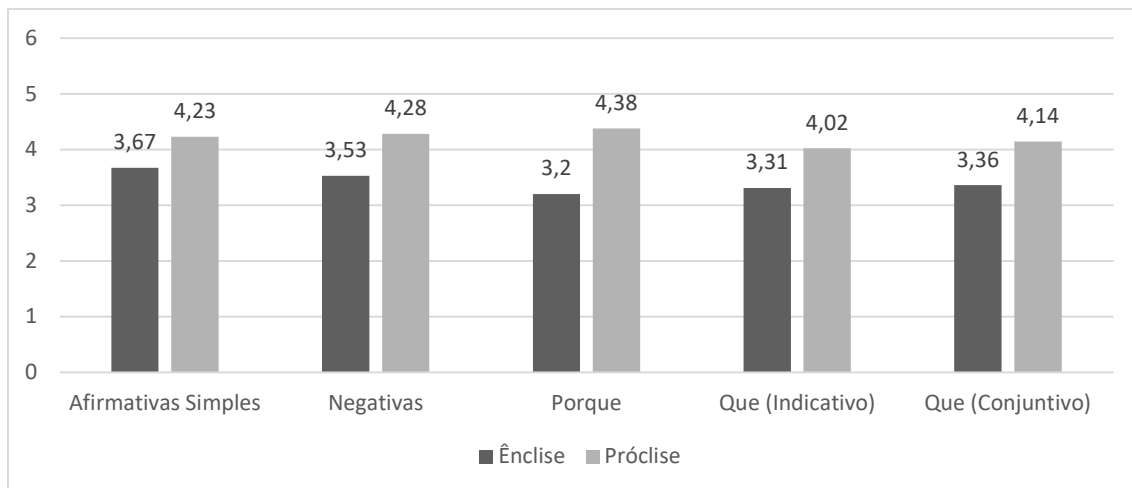
²⁷ Isto é, o efeito facilitador que certos estímulos (linguísticos ou não) podem criar para a ativação de conceitos representados mentalmente (cf. Chartrand & Jefferis, 2004, p. 854). Neste sentido, a aleatorização torna-se importante para que os participantes não sejam todos expostos à mesma sequência de itens, o que poderia interferir sistematicamente nos julgamentos.



deste trabalho, diferentes contextos sintáticos exigem diferentes colocações do clítico segundo a tradição normativa baseada no PE. Portanto, é necessário desdobrar as médias de acordo com os contextos aqui utilizados.

Relativamente às frases afirmativas simples (que exigem a ênclise no PE), viu-se que a média das frases que possuíam o clítico em ênclise foi de 3,67 (DP = 1,07) e em próclise foi de 4,23 (DP = 0,79). Quanto ao restantes contextos, os quais exigem o uso da próclise, viu-se que, com frases negativas, as médias foram de 3,53 (DP = 1,11) e 4,28 (DP = 0,64) para a colocação enclítica e proclítica, respetivamente. Em frases introduzidas por *porque*, a média da colocação enclítica foi de 3,20 (DP = 1,34) e da proclítica foi de 4,38 (DP = 0,55). Quanto aos contextos de subordinadas introduzidas por *que*, aquelas com os verbos no indicativo tiveram uma média de 3,31 (DP = 1,33) no caso de clíticos em ênclise e de 4,02 (DP = 0,70) no caso de próclise; já no caso de frases com o verbo no conjuntivo, a média obtida para a ênclise foi de 3,36 (DP = 1,22) e para a próclise, 4,14 (DP = 0,74). Todas as médias por contexto sintático e colocação do clítico indicadas estão ilustradas no Gráfico 1.

Gráfico 1. Médias dos julgamentos por contexto sintático e colocação do clítico por falantes nativos do PB escolarizados



Como no caso das médias, para a análise estatística também é preciso analisar os contextos sintáticos levando em conta os dados individuais para cada tipo de colocação.²⁸ Para tanto, realizou-se um teste de Kruskal-Wallis relacionando as variáveis independentes (contextos sintáticos e a colocação) à variável dependente (média dos juízos), o que ajuda a determinar se haverá algum efeito daquelas sobre esta. O teste apontou haver diferença estatisticamente relevante ($X^2 = 103.17$, $df = 9$, $p < 0,001$). Para determinar precisamente onde se encontra(m) a(s) diferença(s), foi então realizado um teste de Wilcoxon corrigido pela correção de Holm-Bonferroni, o qual comparou todos os contextos entre si.²⁹ Estipulando-se que as médias entre dois contextos/colocação serão estatisticamente diferentes entre si quando o resultado do teste apontava para um valor p menor do que 0,05, verificou-se que as diferenças estatisticamente relevantes se encontram quando se comparam os dois tipos de colocação dentro do mesmo contexto sintático. Os resultados estão incluídos na Tabela 3.

²⁸ Uma análise prévia foi feita para determinar se havia diferenças entre as frases com os clíticos *me* e *se*. Porém, não se observaram diferenças (média do pronome *me* = 3,83 (DP = 0,72), média do pronome *se* = 3,82 (DP = 0,78), $p = <001$).

²⁹ Para efeitos de objetividade na apresentação destes dados, só serão apresentados os dados relacionados às comparações entre as colocações intracontextos (ou seja, as comparações entre a próclise e a ênclise no contexto de frases afirmativas simples sem proclisadores, entre a próclise e a ênclise no contexto de frases negativas, etc.), visto que a comparação intercontextos relativamente à próclise ou à ênclise não apresentou diferenças estatísticas.



Tabela 3. Resultados do teste de Wilcoxon

Comparação	<i>p</i>
AE – AP	0,002*
NE – NP	<0,001*
QE – QP	<0,001*
IE – IP	0,003*
CE – CP	<0,001*

Nota. A = afirmativas simples; N = negativas; Q = adverbiais introduzidas por porque; I = subordinadas no indicativo introduzidas por que; C = subordinadas no conjuntivo introduzidas por que; E = ênclise; P = próclise.

* = *p* estatisticamente diferente.

A última análise realizada relacionou os resultados obtidos de cada contexto/colocação ao nível de escolarização dos falantes.³⁰ Contudo, o teste de Dunn corrigido pela correção de Šidák não apontou diferença estatisticamente relevante³¹ entre a variável escolarização, os contextos sintáticos e as possíveis colocações do clítico (Tabela 4). Os resultados apresentados serão discutidos na secção a seguir.

Tabela 4. Resultado do teste de Dun

	<i>P</i>									
	AE	AP	NE	NP	QE	QP	IE	IP	CE	CP
EM – ST	0,865	0,667	0,624	0,863	0,685	0,820	0,584	0,735	0,656	0,645
EM – PG	0,389	0,820	0,426	0,847	0,440	0,609	0,579	0,452	0,501	0,568
ST – PG	0,229	0,450	0,049	0,815	0,078	0,560	0,096	0,113	0,093	0,126

Nota. A = afirmativas simples; N = negativas; Q = adverbiais introduzidas por porque; I = subordinadas no indicativo introduzidas por que; C = subordinadas no conjuntivo introduzidas por que; EM = Ensino Médio; PG = Ensino Pós-Graduado; ST = Ensino Superior/Técnico.

8. Discussão

Este estudo foi conduzido com vista a observar a percepção que os falantes escolarizados nativos do PB têm relativamente às diferentes possibilidades de colocação pronominal, visto que a colocação proclítica é a colocação padrão do PB vernacular e a ênclise é adquirida por meio da escolarização (cf. Secções 2 e 3). Deste modo, o que se observou por meio dos dados da tarefa de julgamento de aceitabilidade é que, apesar de os itens que continham a próclise aparecerem sempre mais bem avaliados do que aqueles que continham a ênclise, a média de julgamentos que incluíam este tipo de colocação foi de 3,39 (DP = 1,13; contra 4,26, DP = 0,60, dos itens com próclise), estando, portanto, acima do limiar de 2,5 – o ponto central da escala.

Quando se analisam os dados de acordo com os contextos sintáticos deste estudo (cf. Secção 4), vê-se que o mesmo se repete: independentemente do contexto sintático analisado, os itens com o clítico em próclise foram mais bem avaliados do que aqueles com o clítico em ênclise (cf. Gráfico 1). Esta constatação, em teoria, só seria importante para o contexto de frases afirmativas simples sem proclisadores, pois, segundo as gramáticas

³⁰ Além da análise relativamente ao nível de escolarização dos participantes, por haver dados disponíveis oriundos do questionário sociolinguístico, também se aproveitou para cruzar os dados com a origem geográfica dos falantes. Porém, não se obtiveram diferenças significativas na análise. É de se salientar a discrepância na quantidade de participantes oriundos de cada região brasileira (cf. Tabela 1), pelo que tais dados devem ser analisados com cautela. Ainda assim, a literatura demonstra que o padrão de colocação proclítico está generalizado no território brasileiro, sendo possível que resultados semelhantes sejam obtidos mesmo com um número amostral mais representativo de cada região. Da mesma forma, cruzaram-se os dados com o género dos participantes e nenhuma diferença foi observada.

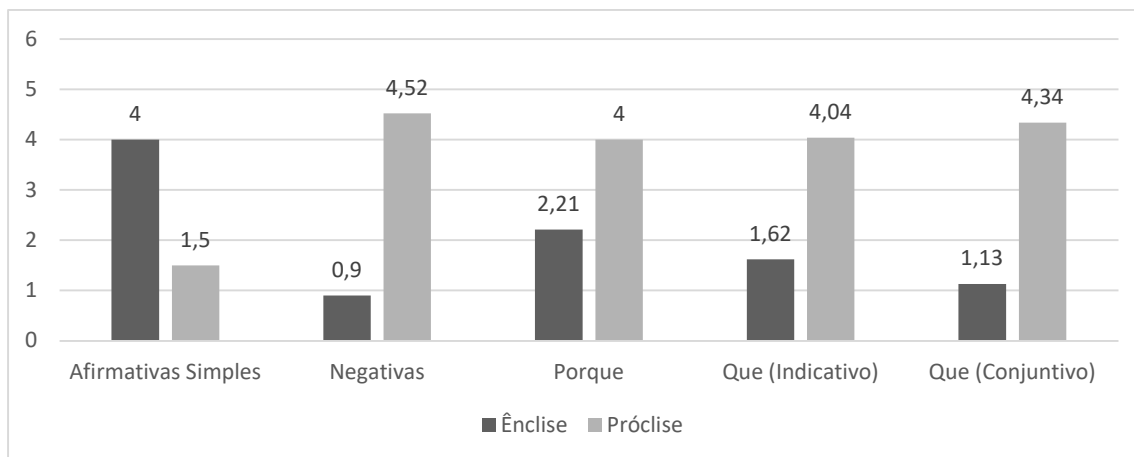
³¹ Neste caso, para que houvesse significância estatística, o valor de *p* deveria ser menor do que 0,025 (0,05/alfa).



normativas, são contextos que exigem a ênclise,³² ao passo que os contextos restantes exigem a próclise. Contudo, o que se viu foi, de maneira geral, uma maior aceitabilidade da próclise, mas sem uma rejeição da ênclise, independentemente do contexto sintático (ainda que com diferenças estatísticas entre os julgamentos de cada posição de colocação do clítico).

A título de curiosidade, observe-se que os resultados obtidos neste estudo diferem daqueles obtidos com falantes nativos do PE. O Gráfico 5 reúne os dados duma pesquisa em andamento³³ que faz uso da mesma metodologia descrita neste estudo.

Gráfico 2. Médias dos julgamentos por contexto sintático e colocação do clítico por falantes nativos do PE



No caso dos falantes do PE, é clara a preferência pela ênclise nas frases afirmativas simples e pela próclise nos demais casos.³⁴ Ao mesmo tempo a próclise é rejeitada em frases afirmativas simples e a ênclise é rejeitada nos outros contextos, coincidindo com aquilo que se espera dos falantes nativos do PE, de acordo com a descrição desse sistema linguístico (ainda que nem todos os contextos se comportem da mesma maneira, havendo mais variação em certos contextos do que noutros, cf. Martins, 2013, 2016) e pelos resultados de estudos experimentais que utilizaram essa população como grupo de controlo (cf. Costa et al., 2016; Gu, 2019; Madeira & Xavier, 2009; Pereira, 2022; Tomaz et al., 2019; entre outros).

Portanto, a pergunta de investigação 1 (*Existem diferenças na aceitabilidade da ênclise e da próclise entre contextos sintáticos com e sem proclisadores por falantes escolarizados nativos do PB na modalidade escrita?*) pode ser respondida de maneira negativa. Apesar da diferença estatística observada entre os julgamentos dos itens com próclise e dos itens com ênclise, ambas as colocações foram julgadas acima do limiar de aceitabilidade. Ou seja, os participantes tiveram, globalmente, o mesmo comportamento: julgaram os itens com próclise com valores mais altos (acima de 4), ao mesmo tempo que também consideraram a ênclise uma colocação possível, mesmo na presença de proclisadores (com médias acima de 3). Este resultado vai

³² Ainda que algumas considerem que, existindo um sujeito expresso, a próclise é aceite; note-se que tal afirmação não se aplica ao PE, o qual, em geral, só admite a próclise na presença de proclisadores. Neste sentido, pode ser interessante em estudos futuros investigar se há um efeito da presença do sujeito, incluindo frases com e sem sujeito. Da mesma forma, pode-se investigar também se há um efeito da adjacência ou não ao proclisador em frases que o contenham.

³³ A pesquisa em progresso difere do estudo descrito neste artigo no léxico utilizado ao conter palavras típicas da variedade europeia. Os dados prévios aqui expostos são baseados nas respostas de 52 adultos nativos do PE (18 homens e 34 mulheres), habitantes, na sua maioria, da região de Lisboa e Vale do Tejo de diferentes faixas etárias com, pelo menos, o Ensino Secundário (equivalente ao Ensino Médio brasileiro) completo.

³⁴ Estes resultados, aliados aos distratores claramente agramaticais que foram incluídos na tarefa e que tiveram julgamentos abaixo de 2, ajudam a refutar o argumento de que a metodologia usada possibilitou aos participantes falantes do PB emitirem juízos globalmente altos. Logo, os resultados aqui obtidos parecem efetivamente indicar que eles permitem ambas as colocações.



parcialmente ao encontro da hipótese inicialmente aventada, pois, embora os participantes tenham aceitado ambas as colocações, ainda aceitaram mais as frases com próclise do que as frases com ênclise (independentemente do contexto), o que se confirmou pelos testes estatísticos. Neste sentido, a presença de proclisadores não produziu efeito nos julgamentos, já que as frases com o clítico em ênclise nos contextos que os apresentavam foram avaliadas no mesmo patamar que as frases na ausência deles.³⁵

Mesmo que a hipótese não se tenha confirmado por completo, as diferenças observadas nos julgamentos não surpreendem. Como Kato (2005) propõe, os falantes escolarizados do PB lidam com a competição de duas gramáticas. Assim, ter sido a próclise bem avaliada demonstra que os falantes seguiram aquilo que consideravam natural na sua variedade do português, ou seja, seguiram a configuração da sua gramática nuclear. De facto, as instruções do teste de julgamento explicitavam-lhes que deviam julgar o quão boas as frases eram, sendo que uma frase “ótima” seria uma frase que se espera ser utilizada pelos falantes, faz sentido, é natural e segue a estrutura da língua. Neste sentido, os participantes provavelmente julgaram as frases com próclise de acordo com a descrição de uma frase “ótima.”

No caso das frases com ênclise, por terem sido avaliadas acima do ponto central da escala, o que ocorreu deve ter sido a influência da escolarização, que introduz a ênclise como uma das possíveis posições de colocação pronominal, mas ainda menos bem avaliadas do que as frases com próclise por não serem utilizadas (tanto quanto a próclise) pelos falantes, o que possivelmente as torna menos naturais, ainda que façam sentido. Ademais, a ênclise teve julgamentos acima de 3 em todos os contextos sintáticos, mesmo com a presença dos proclisadores. Neste sentido, pode-se considerar que o ensino da ênclise tem êxito na introdução da sua possibilidade, mas não desenvolve nos falantes (tal como o efeito do *input* a que estão expostos), aparentemente, o conhecimento sintático restrito a cada possibilidade de colocação dos clíticos (como ocorre com os falantes de PE). O que se viu com os dados obtidos neste estudo parece evidenciar tal afirmação, visto que, se tivessem efetivamente adquirido as restrições sintáticas de colocação, as frases com ênclise, à partida, não teriam sido tão bem avaliadas em contextos com proclisadores³⁶ como no caso dos falantes do PE (cf. Gráfico 2). Ao mesmo tempo, a aprendizagem³⁷ das regras tampouco parece ter ocorrido com sucesso: se tivessem usado o seu conhecimento metalinguístico (pressupondo-se que o têm por terem todos terminado o Ensino Médio),³⁸ o resultado deveria ser o mesmo.

De facto, estes resultados também permitem responder negativamente à segunda questão de investigação (*A continuidade dos estudos para além do Ensino Médio contribui para diferenças nos resultados?*). Hipotetizava-se que haveria efeitos nos resultados no sentido de que os falantes que tivessem prosseguido com os seus estudos seguiriam mais a norma, observando a presença ou ausência de proclisadores, visto que teriam mais contacto com ela devido ao ambiente académico (e, quem sabe, pelos círculos sociais que frequentam). No entanto, salienta-se que somente 12 participantes (15,2% da amostra) tinham concluído apenas o Ensino Médio. Este número é notadamente menor do que o dos outros participantes (35 participantes com o Ensino Superior/Técnico, ou 44,3% da amostra, e 32 com o Ensino Pós-Graduado, ou 40,5% da amostra). Assim, é preferível abster-se de tirar conclusões acerca destes dados devido ao menor poder estatístico causado pela disparidade na distribuição dos grupos.

Logo, mesmo com a explicitação das regras em que cada tipo de colocação deve ocorrer, os falantes mantêm o seu padrão de colocação “padrão” (a próclise). A ênclise, por outro lado, poderá ser uma estratégia governada não por fatores sintáticos (como no PE), senão, por fatores alheios à sintaxe (Azeredo, 2008).

³⁵ Um contexto em que a ênclise poderia ter sido mais bem avaliada seria em início absoluto de frases, visto que este é um dos contextos em que, pelo menos na escrita, a norma parece ter mais sucesso em ser assimilada.

³⁶ Note-se que tampouco houve diferenças na aceitabilidade da ênclise quando se compararam os contextos sintáticos entre si, não se podendo dizer, então, que um contexto esteja mais atrelado a uma posição de colocação do que outros (diferentemente do que ocorre no PE).

³⁷ Assumindo-se aqui a dicotomia aquisição/aprendizagem de Krashen (1981), em que, resumidamente, a aquisição ocorre naturalmente por exposição à língua e a aprendizagem é um processo consciente que desenvolve o conhecimento metalinguístico dos indivíduos.

³⁸ Recorde-se que o teste não envolvia pressão de tempo, pelo que os participantes podiam pensar acerca dos seus julgamentos pela quantidade de tempo que lhes conviesse.



Ademais, poderá ser, também, uma questão de registo, visto que a ênclise está associada à norma culta. Neste sentido, a sua aceitabilidade dá-se sem que os falantes tenham consciência das restrições gramaticais (já que não fazem parte da sua gramática, mas sim da gramática do PE), e o seu uso em contextos formais ocorre, provavelmente, no sentido de evidenciar um (aparente) conhecimento da norma,³⁹ facto que é corroborado, por exemplo, pelos dados de Carneiro (2005) e de Lacerda et al. (2021), os quais mostram uma sobregeneralização da ênclise em dados de produção escrita, mesmo em contextos de próclise obrigatória.

9. Considerações finais

Apesar de os estudos acerca do uso da ênclise demonstrarem que ela é quase inexistente na oralidade, em registos escritos o seu uso perdura devido a uma tradição normativa, baseada na sintaxe do PE, na qual a ênclise ocorre consistentemente em oposição aos contextos em que a próclise deve ocorrer (cf. Secção 2). Além disso, já que o PB vernacular continua a ser utilizado na oralidade no ambiente escolar, os falantes tendem a associar a ênclise à modalidade escrita, facto reforçado por materiais didáticos que preconizam certas estruturas nessa modalidade. Ademais, o seu uso emerge mais consistentemente na modalidade escrita, especialmente em registos mais formais, muito provavelmente devido ao seu contexto de ensino no ambiente escolar, sem que a configuração sintático-discursiva da oração tenha um papel central na colocação pronominal.

Como referido neste artigo, este estudo fez-se valer duma metodologia alternativa às tradicionais análises de *corpora* de produções orais e escritas e pôde atingir os objetivos propostos. É importante salientar que este estudo não objetivava aferir o impacto de diferentes abordagens pedagógicas de ensino no padrão de colocação dos clíticos. Para tal, um desenho experimental específico deveria ser proposto tendo como foco crianças em fase de escolarização. Ademais, não se preocupou em abordar questões relativas a possíveis alterações na gramática nuclear dos falantes do PB (cf. Kato, 2017), visto que a tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo possibilitava o acesso ao seu conhecimento metalinguístico, isto é, às regras gramaticais explícitas que, à partida, aprenderam na escola – o que também pode ser uma perspetiva de estudo futura.

Ainda assim, os dados obtidos neste estudo aliam-se a outros que já abordaram o mesmo assunto, podendo ser úteis para proporcionar reflexões em relação ao estatuto dos diferentes padrões da colocação pronominal no sistema linguístico do PB (e, também, para comparar este sistema linguístico a outras variedades do português). No âmbito do ensino, como bem pontua Machado (2018), em contextos de variação, é importante que os professores tenham conhecimento dessas variações para “desenvolver procedimentos que façam do aluno um eficiente usuário da língua nos diferentes contextos comunicativos a que diariamente é exposto” (p. 179). Assim, dados como estes instigam a discussões benéficas sobre a determinação do que efetivamente compõe a variedade padrão no PB, bem como sobre diferentes estratégias para aliar as variações observadas nesse sistema ao processo de ensino da língua portuguesa em salas de aula e aos objetivos que esse ensino deve alcançar.

Agradecimentos

Agradece-se à Professora Doutora Ana Madeira e à Professora Doutora Alexandra Fiéis do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa pelos comentários acerca deste estudo, à Doutora Luísa Pilz de Charité - Universitätsmedizin Berlin pelo auxílio nos testes estatísticos e a todos que se dispuseram a participar neste estudo ou que partilharam o link de acesso a ele. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa de doutoramento 2021.05667.BD e do projeto UIDB/03213/2020 e UIDP/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

³⁹ Agradece-se a um revisor anónimo por esta sugestão.



Referências

- Azeredo, José C. (2008) *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. Publifolha.
- Carneiro, Zenaide O. (2005) Cartas brasileiras: Um estudo linguístico-filológico. Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas.
- Carneiro, Zenaide O. (2016) Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. In Norma L. F. Almeida, Silvana S. F. Araújo & Eliana P. Teixeira (orgs.), *Variação linguística em Feira de Santana – Bahia*. UEFS Editora, pp. 141–174.
- Casagrande, Sabrina (2007). *A aquisição do objeto direto anafórico em português brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Casagrande, Sabrina (2010) *A correlação entre aspecto e objeto no PB: uma análise sintático-aquisicionista*. Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas.
- Cereja, William, Carolina Dias-Vianna & Christiane Damien (2016) *Português contemporâneo: Diálogo, reflexão e uso* (livro do professor). Editora Saraiva.
- Chartrand, Tanya L. & Valerie E. Jefferis (2004). Priming. In Michael S. Lewis-Beck, Alan Bryman & Tim Futing Liao (orgs.), *The SAGE encyclopedia of social science research methods*. Sage Publications, pp. 854–855. <https://doi.org/10.4135/9781412950589.n747>
- Corrêa, Vilma R. (1991) *Objeto direto nulo no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Costa, João, Alexandra Fiéis & Maria Lobo (2016) A aquisição dos pronomes clíticos no português L1. In Ana M. Martins & Ernestina Carrilho (orgs.), *Manual de linguística portuguesa*. De Gruyter, pp. 365–386.
- Cruz, Raiana C. D. & Cristiane Namiuti (2019) A subida de clítico no português brasileiro: O caso das passivas. *ID on line. Revista Multidisciplinar e de Psicologia* 13 (44), pp. 393–403. <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i44.1626>
- Duarte, Maria E. (2020) Aspectos contrastivos entre o português do Brasil e o português europeu. In Eduardo Raposo, Maria F. B. Nascimento, Maria A. C. Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.), *Gramática do Português* (Vol. 3). Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 2732–2779.
- Gerasimova, Anastasia & Ekaterina Lyutikova (2020) Intralingual variation in acceptability judgments and production: Three case studies in Russian grammar. *Frontiers in Psychology* 11 (348). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00348>
- Gries, Stefan T. (2012) Corpus linguistics, theoretical linguistics, and cognitive/psycholinguistics: Towards more and more fruitful exchanges. In Joybrato Mukherjee & Magnus Huber (eds.), *Corpus linguistics and variation in English*. Brill, pp. 41–63. https://doi.org/10.1163/9789401207713_006
- Grohmann, Kleanthes K., Elena Papadopoulou & Charalambos Themistocleous (2017) Acquiring clitic placement in bilectal settings: Interactions between social factors. *Frontiers in Communication* 2. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2017.00005>
- Gu, Wenjun (2019) Aquisição de pronomes clíticos de português europeu por falantes de chinês: Dados sobre a colocação. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 5, pp. 190–206. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a14>
- Kato, Mary A. (2005) A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In Maria A. Marques, Erwin Koller, José Teixeira & Aida S. Lemos (orgs.), *Ciências da linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 131–145.
- Kato, Mary A. (2017) A variação no domínio dos clíticos no português brasileiro. *Linguística* 33 (1), pp. 135–152. <https://doi.org/10.5935/2079-312x.20170009>
- Kayne, Richard S. (1975) *French syntax: The transformational cycle*. MIT Press.
- Krashen, Stephen D. (1981) *Second language acquisition and second language learning*. Pergamon.
- Lacerda, Mariana F. O., Maiara S. Lemos & Zenaide O. Carneiro (2021) A colocação dos clíticos em sentenças finitas: Um estudo sócio-histórico das vertentes do PB em cartas do sertão baiano (século XX). *Confluência* 61, pp. 229–334. <https://doi.org/10.18364/rc.2021n61.426>



- Leivada, Evelina, Paraskevi Mavroudi & Anna Epistithiou (2010) Metalanguage or bidialectism acquisition of clitic placement by Hellenic Greeks, Greek Cypriots and binationals in the diglossic context of Cyprus. In *Proceedings of the 3rd ISCA Workshop ExLing 2010*. ISCA & University of Athens, pp. 97–100.
- Lobo, Tânia (2002) A sintaxe dos clíticos: O século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. In Rosa V. Mattos e Silva & Américo V. L. Machado Filho (orgs.), *O português quinhentista: Estudos linguísticos*. EDUFBA, pp. 8–101.
- Luft, Celso P. (1987) *Moderna Gramática Brasileira*. Editora Globo.
- Luis, Ana R. & Georg A. Kaiser (2016) Clitic pronouns. In W. Leo Wetzels, João Costa & Sérgio Menuzzi (orgs.), *The handbook of Portuguese linguistics*. Wiley-Blackwell, pp. 210–233. <https://doi.org/10.1002/9781118791844.ch12>
- Machado, Ana C. (2006) *O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Machado, Ana C. (2018) O uso e a ordem dos clíticos na escrita de estudantes da cidade do Rio de Janeiro. In Alessandra de Paula, Danielle Kely Gomes, Eliete Figueira Batista da Silveira, Marcia dos Santos Machado Vieira & Silvia Rodrigues Vieira (orgs.), *Uma história de investigações sobre a língua portuguesa: Homenagem a Silvia Brandão*. Blucher, pp. 167–182. <https://doi.org/10.5151/9788580393088-11>
- Madeira, Ana M. & Maria F. Xavier (2009) The acquisition of clitic pronouns in L2 European Portuguese. In Acrísio Pires & Jason Rothman (orgs.), *Minimalist inquiries into child and adult language acquisition*. Mouton de Gruyter, pp. 273–299.
- Mapasse, Ermelinda L. A. (2005) *Clíticos pronominais em português de Moçambique*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.
- Martins, Ana M. (2002) Tipologia e mudança linguísticas: Os pronomes pessoais do português e do espanhol. *Santa Barbara Portuguese Studies VI*, pp. 340–386.
- Martins, Ana M. (2013) A posição dos pronomes pessoais clíticos. In Eduardo Raposo, Maria F. B. Nascimento, Maria A. C. Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (orgs.), *Gramática do português* (Vol. 2). Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 2231–2302.
- Martins, Ana M. (2016) A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In Ana M. Martins & Ernestina Carrilho (orgs.), *Manual de linguística portuguesa*. De Gruyter, pp. 401–430.
- Martins, Ana M. (2021) A "língua desportuguesa". Próclise no português angolano e no português moçambicano. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Volume especial in honorem Ana Maria Barros de Brito, pp. 71–97.
- Morais, Maria A. T. & Ilza Ribeiro (2005) Contraste da sintaxe dos clíticos no português europeu e português brasileiro. *Linha D'Água* 19, pp. 19–47. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p19-47>
- Moura, Ana C. C. (2001) Como as crianças usam o clítico em frases imperativas no discurso direto? *Revista entreideias: Educação, cultura e sociedade* 6 (5), pp. 141–151. <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v6i5.2844>
- Mutali, Henrique S. (2019) *A colocação dos pronomes clíticos no português angolano escrito*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.
- Myers, James (2017) Acceptability judgment. In *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*, pp. 1–72. Disponível em <https://oxfordre.com/linguistics/view/10.1093/acrefore/9780199384655.001.0001/acrefore-9780199384655-e-333>
- Nunes, Jairo (2007) Triangulismos e a sintaxe do português brasileiro. In Ataliba T. Castilho, Maria A. Morais, Ruth E. V. Lopes & Sônia M. L. Cyrino (orgs.), *Descrição, aquisição e história do português brasileiro*. Pontes & FAPESP, pp. 25–33.
- Nunes, Jairo (2015) De clítico a concordância: O caso dos acusativos de terceira pessoa em português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 57 (1), pp. 61–84. <https://doi.org/10.20396/ce.l.v57i1.8641472>
- Pereira, Ronan (2022) A aquisição de clíticos em português europeu L2 e a Hipótese de Reconfiguração dos Traços. *Diacrítica* 36 (1), pp. 108–132. <https://doi.org/10.21814/diacritica.698>



- Perini, Mário A. (2010) *Gramática do português brasileiro*. Parábola.
- Reis, Fernanda E. B. (2011) *A perda da subida de clítico no português brasileiro: séculos XIX e XX*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Romeo, Rogelio P. L. (2019) Critérios descritivos e prescritivos na colocação dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia da língua portuguesa durante o século XIX. In Clarinda A. Maia & Isabel A. Santos (orgs.), *Estudos de linguística histórica: Mudança e standardização*. Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 329–352. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1756-5_10
- Santos, Maria F. N. (2002) *Os pronomes pessoais átonos no português europeu. Descrição de problemas que ocorrem no 3º ciclo e proposta de actividades didáticas*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.
- Soriano, Olga F. (2015) Clíticos. In Javier Gutiérrez-Rexach (org.), *Enciclopedia de Lingüística Española*. Routledge, pp. 423–436.
- Tarallo, Fernando A. (1996) Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar no final do século XIX. In Ian Roberts & Mary A. Kato (orgs.), *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP, pp. 69–105.
- Tomaz, Margarida, Maria Lobo, Ana Madeira, Carla Soares-Jesel & Stéphanie Vaz (2019) Omissão e colocação de clíticos por crianças bilingues Português-Francês. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 5, pp. 385–412. <https://doi.org/10.26334/21839077>
- Vandresen, Paulino (2004) Os clíticos no português da fronteira gaúcha: Chuí, Jaguarão e Pelotas. *Anais da XX Jornada - GELNE*. Idéia, pp. 2083–2090.
- Vieira, Sílvia R. (2008) Colocação pronominal. In Sílvia R. Vieira & Sílvia F. Brandão (orgs.), *Ensino de gramática: Descrição e uso*. Contexto, pp. 121–146.

